

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.280 - MG (2020/0071684-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : LEONARDO SILVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : CÉLIO CÉSAR DE MOURA COUTO - MG083392
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Leonardo Silveira** – preso, desde **25/7/2019**, em razão da suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006, por fazer parte de consórcio criminoso (14 réus), com o intuito de entrada de substâncias entorpecentes no Presídio local, além do ingresso de vários aparelhos celulares, chips e carregadores de celulares (fl. 85) – contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que denegou o HC n. 1.0000.20.008100-8/000 (fls. 157/181).

Alega o recorrente, em síntese, constrangimento ilegal por excesso de prazo, uma vez que se encontra preso preventivamente desde 25/7/2019 e a instrução criminal não se encontra encerrada.

Postula, ao final, o conhecimento e o provimento liminar do recurso para que lhe seja assegurado o direito de responder à ação penal em liberdade.

É o relatório.

O deferimento de liminar na via eleita é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, principalmente como no caso, tratando-se de recurso ordinário.

Em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável acolher-se a pretensão, porquanto, no voto condutor do acórdão impugnado, explicitou-se a autoria e a materialidade do delito perpetrado pelo ora recorrente, isto é, que ele *cumpria pena privativa de liberdade na Unidade Prisional de João Pinheiro/MG e, também, que teria recebido entorpecentes* (fls. 168/169). Em acréscimo, *verifica-se que o feito é complexo, contando com 14 réus e objetivando a apuração de crimes de natureza grave - tráfico de drogas e associação para o tráfico -, o que justifica uma maior dilação do prazo para o encerramento da instrução processual* (fl. 173).

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, a motivação que ampara o pedido liminar se confunde com o próprio mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

É cediço, ainda, que os fundamentos da prisão cautelar podem ser reexaminados pelo Magistrado, que deve, nos termos do art. 316 do Código de Processo Penal, acrescentado pela Lei n. 13.964/2019, denominada "Pacote Anticrime", atentar-se para a necessidade de verificar a persistência dos fundamentos que ensejaram a decretação da prisão preventiva, podendo, em caso de insubsistência dos argumentos, revogá-la.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indefiro-a**.

Solicitem-se informações ao Juízo de Direito da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da comarca de João Pinheiro/MG acerca do andamento da ação penal.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator